

# URP custa Cr\$ 64 bilhões ao Congresso

BRASÍLIA — O Congresso pode gerar uma despesa extra para os cofres públicos de Cr\$ 64,5 bilhões com o pagamento de funcionários e parlamentares este ano, quantia suficiente para construir 71 Ciacs. É que, na última terça-feira, os 15 mil funcionários e as cinco centenas de parlamentares eleitos para o mandato de 1987 a 1991 ganharam na justiça o direito a receber a Unidade de Referência de Preços (URP) de 22,6% não paga pelo Plano Bresser. Em média, a URP atrasada renderá um extra de dois e meio salários, o que, para os políticos, significa um ganho de Cr\$ 30 milhões. Este resíduo da URP, reivindicado pelos trabalhadores há quatro anos, quando o ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira baixou um pacote econômico congelando preços e salários, já foi reposto pelo próprio Judiciário. Em dezembro passado, os tribunais superiores quitaram suas contas com os funcionários.

O presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), anunciou ontem que pagará Cr\$ 8 bilhões a 2.400 servidores do Senado, na próxima quarta-feira. Mas avisa logo que não tem dinheiro para pagar o restante, nem disposição política de estender os benefícios aos senadores. “Não tenho verbas no orçamento deste ano para pagar a URP para todo mundo, o que custará Cr\$ 26 bilhões ao Senado”, diz Benevides. Habilidoso, o presidente do Congresso tratou logo de intimidar os políticos a não reivindicarem o pagamento dos atrasados que se acumulam desde 1987. “Não acredito que nenhum parlamentar vá se encorajar a pedir isto, já que todos ga-

nharam mais Cr\$ 10 milhões este mês, com a convocação extraordinária do Congresso”.

Mas a situação é ainda mais grave na Câmara, onde duas centenas de deputados não reeleitos, e portanto descompromissados de prestar satisfações à opinião pública, podem requerer o pagamento da URP a qualquer momento. “O Ibsen (presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro) está ainda mais preocupado do que eu, porque lá tem muito mais gente”, reconheceu Benevides. Na Câmara, a URP vai custar Cr\$ 38 bilhões.

**Parcelamento** — Tanto o presidente da Câmara quanto o do Senado terão direito ao adicional, por terem cumprido o mandato da legislatura passada. Mauro Benevides aguarda a volta de Ibsen, que está em Porto Alegre, para uma definição conjunta da posição a tomar. Disposto a acalmar o sindicato dos servidores, decidiu pagar 30% da dívida, benefício que só atingirá os funcionários diretamente vinculados ao Senado. Os servidores da gráfica e do Centro de Processamento de Dados (Prodasen), que totalizam duas mil pessoas, ficaram de fora deste primeiro acerto. “Negocieei com o sindicato a única alternativa que se ajustava com as possibilidades orçamentárias do Senado”, conta Benevides, acrescentando que não fez acordo algum quanto aos Cr\$ 18 bilhões restantes, que incluem as dívidas com 76 senadores, 53 deles reeleitos em novembro de 1990. “Não estabeleci prazos para o pagamento de novas parcelas, o que pretendo decidir em conjunto com a presidência da Câmara”, afirmou.